# MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE MOBILIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: O CASO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

**Lucas Milhomens**[1]

**Resumo**

O presente trabalho é resultado de pesquisa de doutorado concluída no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e tem como objetivo central apresentar um panorama das redes de mobilização dos movimentos sociais no contexto amazônico. Antes, para contextualizar o leitor, fizemos uma análise panorâmica da formação histórica e social da Amazônia brasileira, com destaque para àqueles que consideramos serem os principais protagonistas nesse processo: os movimentos e organizações sociais desta região, incluindo os que surgiram após a presença do Governo Civil-Militar nos anos de 1960. Uma primeira versão desse trabalho foi apresentada no Congresso Brasileiro de Sociologia de 2019.

**Palavras-chave**
Amazônia; Movimentos Sociais; Redes de Mobilização; Hidrelétrica de Belo Monte.

[1]Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Roraima (PPGCOM/UFRR). Doutor em Comunicação pela Unicamp.

## Social Movements and Mobilization Networks in the Amazon: the case of the Belo Monte Hydroelectric Plant

**Abstract**

The present work is the result of a doctoral research completed in the Program in Education at the State University of Campinas (Unicamp) and its main objective is to present an overview of the mobilization networks of social movements in the Amazon context. Before, to contextualize the reader, we made a panoramic analysis of the historical and social formation of the Brazilian Amazon, with emphasis on those we consider to be the main protagonists in this process: the movements and social organizations of this region, including those that emerged after the presence of the Government Civil-Military in the 1960s. A first version of this work was presented at the Brazilian Congress of Sociology (2019).

**Key-words**
Amazon; Social Movements; Mobilization Networks; Belo Monte Hydroelectric Plant

### O que é a Amazônia?

A região amazônica é considerada um subcontinente pelo tamanho de suas dimensões geográficas, compreendidas entre oito países e um departamento ultramarino da América do Sul (Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa), totalizando um território de sete milhões de quilômetros quadrados e a maior biodiversidade ecossistêmica do planeta.

A Amazônia brasileira não é diferente, nela concentram-se 60% de todo o território existente desse subcontinente. No entanto, uma pergunta paira no ar: por que a região, desconhecida pela maioria dos brasileiros, possui tanta relevância no cenário nacional e também no plano internacional? Mais: por que perpassa pela Amazônia – ou, "amazônias" – temas cruciais de ordem econômica, social, ambiental e política? As respostas a essas perguntas estão conectadas ao argumento central desse artigo: os movimentos sociais que atuam na Amazônia e suas redes de mobilização, particularmente seus processos comunicacionais.

O processo de colonização do "Novo-Mundo" como um todo foi um dos maiores derramamentos de sangue da história da humanidade dos últimos

cinco séculos. Na Amazônia, esse contato entre povos originários e europeus não foi diferente, regado a histórias cruéis e extermínio em massa. A lógica da exploração colonial era simples: chegar, conquistar, usurpar e destruir. Segundo Ab'Saber (2004), a região sempre foi um "anfiteatro da barbárie", onde o genocídio e posteriormente o etnocídio foram ações que se fizeram presentes desde os primeiros momentos da colonização. Há registros de relatos de subjugação e morte de todas as espécies, principalmente feitos por navegadores ibéricos e missionários católicos, como observam Smith (1990) e Souza (2009).

Essa lógica de extermínio e saque perpassou toda a história e a construção econômica e social da região. A ela acrescentamos também o fator exótico, mágico, de local inexplorado e de seres misteriosos "meio bicho, meio homem". As notícias que corriam no centro do reino lusitano e, por extensão, europeu era de um lugar onde os "fracos não tinham vez", em que para sobreviver era preciso desafiar a morte e as várias faces que ela oferecia na "hinterlândia amazônica" (SOUZA, 2002), um sertão profundo repleto de desafios que poderiam tirar a vida dos aventureiros inaptos.

Segundo Loureiro (2002, p. 109) esse *modus operandi* do colonizador europeu inaugura a construção de uma visão exótica e preconceituosa sobre a região. Um ciclo de mitos produzidos "pelo olhar e a alma do estrangeiro, onde desde então a Amazônia tem sido definida, interpretada, explorada, amada e mal-amada a partir do olhar, da expectativa e da vontade do outro".

O exemplo da colonização amazônica talvez seja um dos mais significativos da história recente da humanidade. Ele está mergulhado no conceito desenvolvido por Fanon (1968) de que o colonizado "introjeta a dominação" a partir dos atos do colonizador, fazendo com que suas agruras e misérias sejam encaradas como uma "lei natural", em que sua cultura (étnica, material e imaterial) é considerada inferior, gerando o que o autor denomina de "alienação colonial", estabelecendo-se em toda a ossatura da sociedade colonizada sob o formato ideológico que vem a justificar seu processo de dominação.

Capitalismo na Amazônia

Entre o final do século XIX e início do XX, o capitalismo atingia uma nova fase, onde a financeirização e os monopólios corporativos começavam a surgir sob o formato de grandes empresas transnacionais, a "mundialização do capital" (CHESNAIS, 1996). A indústria emergia em todo o mundo, e a produção de mercadorias começava a circular de forma mais ampla e sistemática,

no intuito de suprir as demandas de várias sociedades capitalistas emergentes (WOOD, 2003).

Nesse contexto, países centrais que coordenavam as estruturas do sistema econômico (da Europa à América do Norte, em especial Inglaterra e Estados Unidos) precisavam de matéria-prima advinda de nações periféricas como o Brasil (em sua maioria com um passado colonial e escravista). Novas tecnologias surgiram e criavam necessidades até então inexistentes. Entre elas, um setor se destacava – o automobilístico, necessitando de um acessório em comum para garantir sua eficiência e qualidade: o látex.

Assim, a borracha logo iria ao encontro de uma demanda mundial dos mais diversos produtos, tornando-se a "menina dos olhos" da até aquele momento frágil e insipiente economia brasileira. Segundo Cardoso e Muller (1977, p. 16), "o ciclo da borracha nasce e se desenvolve tendo como objetivo baratear, via imposição de preços coloniais à borracha, o capital constante utilizado nos empreendimentos industriais das novas potências mundiais". A borracha entra como moeda redentora que tiraria a região da estagnação política e comercial presente desde o processo colonial empreendido pelos portugueses. E assim aconteceu. O capitalismo chegara à Amazônia e a mudaria por completo, não só econômica, mas social e culturalmente.

Segundo Souza (2009, p. 274), os ciclos da borracha fizeram com que a Amazônia se modificasse profundamente. "A economia do látex quebrou o isolamento e buscou integrar a região ao mercado internacional". A partir dela, também houve a maior transformação de toda a sua história, "a mudança do perfil populacional, provocado pelas inúmeras levas de imigrantes que chegaram atraídos pelas riquezas da borracha e pela necessidade de mão de obra". Foi assim no final do século XIX e, mais tarde, na metade do século XX com as propagandas governamentais do Estado Novo convocando os "soldados da borracha" para a Amazônia. O que, segundo Ribeiro (1995) levou meio milhão de pessoas (sobretudo nordestinos) à região.

Como assinala Godim (2007), eram pessoas órfãs de políticas públicas e sociais em um País que estava dando seus primeiros passos como República, incentivando milhares de nordestinos a migrarem para a Amazônia, fugindo da miséria em busca de uma vida melhor, atraídos por uma ampla propaganda governamental. Isso levou esse contingente populacional a ir se integrando gradativamente à região, incorporando seus hábitos, cultura e matriz étnica, como também levando sua carga cultural e biológica de forma intrínseca,

fazendo com que a sociedade amazônida se transformasse profundamente ao longo dos anos, alterando suas feições e ampliando sua (s) cultura(s).

## Impactos do Governo Civil-Militar

A mudança definitiva na Amazônia brasileira tem início a partir dos anos 1960, com a chegada do Governo Civil-Militar ao poder. É neste momento que uma série de medidas governamentais muda por completo a geopolítica do imenso território, fazendo com que seus moradores – e os milhares de outros imigrantes que se deslocariam nos anos seguintes para a região via projetos governamentais – mudassem suas vidas por completo. A partir desse momento a realidade da ausência do Estado começou a mudar para a região. Os ideólogos ligados aos militares entendiam a Amazônia como espaço propício para a integração e o desenvolvimento econômico do Brasil: era necessário fazer com que a maior floresta tropical do mundo fosse inserida na economia nacional e planetária.

Nessa direção, como assinala Ianni (1979) o Governo da época pensava a Amazônia como um espaço de grande potencial estratégico. Para que isso acontecesse, o primeiro passo era integrar a região ao restante do País; o segundo ocupá-la de forma ampla e sistemática e, por fim, extrair suas riquezas da maneira mais eficiente possível.

Em síntese, foram projetos como a criação da rodovia Transamazônica (que sairia do Nordeste até chegar ao Norte levando o "excedente" daquela população para o "deserto" habitacional da floresta); o inventário hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu (e o planejamento de várias hidrelétricas pensadas para barrar os rios da região); a criação da Zona Franca de Manaus (visando a impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental a partir de isenções fiscais para centenas de multinacionais do setor elétrico-eletrônico); a campanha massiva de ocupação de vários estados da região (com o lema "homens sem-terra para uma terra sem homens"), arregimentando milhares de famílias em todo o Brasil no intuito de "colonizar" a floresta e torná-la habitável.

Todas essas medidas alteraram completamente o panorama econômico e social da Amazônia brasileira, modificando a relação do Estado com a região e de seus antigos e novos moradores. Oliveira (2001) afirma que a ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese de um processo violento, ampliado

em demasia pela política governamental da época que se expressava nos diversos conflitos sociais que emergiam naquele momento.

Ocorreram questões como a construção de grandes hidrelétricas e suas populações afetadas (sobretudo os povos indígenas); o crescimento da grilagem de terra (em consequência da distribuição assimétrica feita pelo Governo Federal); a mineração predatória e desorganizada (como aconteceu em Serra Pelada e em outros lugares abertos ao garimpo), juntando-se à oficial e homologada pelo Governo Federal através de grandes corporações mineradoras como a Vale (antiga Vale do Rio Doce) no Projeto Grande Carajás; a extração legal e ilegal de madeira e devastação da floresta para criação extensiva de gado; os conflitos agrários envolvendo populações sem-terra e latifundiários; e a ameaça constante a terras indígenas por parte de fazendeiros, garimpeiros e do próprio Estado.

O novo reordenamento territorial e político da Amazônia conduzido pelo Governo Civil-Militar a transforma completamente. Ele é o carro-chefe de uma diversificada "sobreposição de conflitos sociais" que ampliou exponencialmente a violência na região, fazendo milhares de vítimas a partir de "projetos megalomaníacos".

A presença civil-militar na Amazônia é "uma história contada por milhares de mortes, violência, total desrespeito às leis, destruição do meio ambiente, agressões à população nativa, desmandos administrativos, corrupção e crimes de toda a espécie", como analisam Cardoso e Muller (1977, p. 51). Nessa mesma direção Chaves e Barros (2008, p. 1) avaliam que a presença governamental na região a partir dos anos 1960 "deixaram marcas deletérias sobre o espaço e os povos amazônicos", cujos impactos intensificaram-se nos "ecossistemas regionais e na organização sociocultural das populações".

## Movimentos Sociais

Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira e o processo de redemocratização dos últimos anos no País, não houve grandes mudanças nas diretrizes políticas pensadas para a Amazônia. As democracias liberais que se seguiram limitaram-se a repetir as fórmulas anteriores de uma maneira mais bem elaborada, onde megaprojetos (sobretudo na área de transporte, energia e telecomunicações), concomitantemente com governos da América do Sul, viabi-

lizavam uma nova fronteira de matérias-primas para serem comercializadas com o restante do planeta.

Acoplada a esses produtos, a extração mineral, juntamente com a produção de energia hidrelétrica acompanhada da implantação de redes de infraestrutura (barragens, estradas, portos etc.), fazem com que a Amazônia se torne a mais importante fronteira internacional das *commodities* na atualidade, gerando profundos impactos socioambientais e conflitos sociais.

Para Svampa (2013), a novidade nesse fenômeno é que nas últimas décadas se estabeleceu um *modus operandi* específico, promovido por uma nova "ordem econômica, política e ideológica" que, entre suas consequências, tem o potencial reativo de gerar um "novo ciclo de lutas e resistências". Tais "lutas" foram surgindo em consequência do conturbado processo histórico recente da região amazônica, agravado, sobretudo, nos últimos 50 anos. Lacerda (2017) observa que essa diversidade encontrada hoje nos movimentos sociais que atuam na Amazônia tem como constituinte básico a reorganização do espaço geográfico na região, diretamente ligada às políticas de exploração, povoamento e desenvolvimento executadas tanto pelo governo Civil-Militar como seus sucessores na atualidade.

Nesse sentido, as consequências da exploração da Amazônia por meio da extração das *commodities* de ontem e de hoje também são apontadas por Castro (2012, p. 46) como um dos principais motivos para a organização de populações locais "com suas práticas sociais e saberes relativos ao território, produzindo leituras a partir de movimentos sociais e étnicos", e revelando também "processos de dominação incorporados ao modo de implantação de projetos de infraestrutura e às práticas de agentes que violam direitos sociais e promovem a desterritorialização de populações tradicionais".

Todas essas questões têm gerado uma grande reação à política de desenvolvimento implantada pelo Governo Federal e iniciativa privada na Amazônia contemporânea. Protagonizada pelo que denominamos de "redes de mobilização", uma ampla e complexa articulação formada por grupos, organizações e movimentos sociais que, dentre outras coisas, estão atuando diretamente contra os impactos socioambientais gerados a partir desse conjunto de megaprojetos implantados na região.

A partir dos dados históricos descritos anteriormente sobre a Amazônia brasileira, dividimos os principais movimentos e organizações sociais radicadas na região em seis grandes eixos: *1) Movimento Católico Progressista;*

*2) Organizações Político-Partidárias de Esquerda; 3) Movimento e organizações indígenas; 4) Organizações e Entidades Não Governamentais (ONGs); 5) Movimento de Luta por Direitos; e 6) Movimentos Sociais no Contexto de Grandes Projetos.*

## Redes de Mobilização

O conceito clássico de rede (ou rede social) refere-se a um conjunto de pontos unidos por linhas, onde os pontos da imagem poderiam ser caracterizados como indivíduos ou grupos de indivíduos, e as linhas indicavam quais interagiam uns com os outros (BARNES, 1972). Contudo, Sanicola (2008) afirma que o termo "rede" é bem mais abrangente. Pode pertencer a uma linguagem popular com distintos significados, além de ter finalidade diversa, tanto no mundo simbólico dos sujeitos como na contribuição construção de imagens alegóricas, e em outros, de forma bastante pragmática, associando-se a indivíduos e grupos que de alguma maneira compartilham dados e outros tipos de informações.

Elias (1994, p. 35) possui uma metáfora simples para entender o conceito de rede: a rede de tecido. Sua estrutura de fios isolados que se ligam uns aos outros formam uma "totalidade da rede onde a forma assumida por cada um de seus fios não pode ser compreendida em termos de um único fio ou mesmo de todos eles isoladamente considerados". Para o autor, a rede só é inteligível se entendermos como seus "fios" se ligam e a reciprocidade desse processo. Nessa direção, concordamos que o termo "rede", apesar de sua origem e propósito de estudos variados (que perpassaram distintos campos da ciência), tem hoje um importante papel na sociedade contemporânea. É a partir da lógica de redes que podemos compreender o que Oliveira (2017) chama de "horizontalidade da comunicação" em contraposição a sua forma hierarquizada e vertical.

Com a popularização da Internet através da rede mundial de computadores (WWW) no início dos anos de 1990, a estrutura comunicacional (e suas inúmeras ferramentas) mudou a forma como a humanidade se comunica e interage. Nesse início de século XXI, as redes sociais são uma realidade e são comumente confundidas como sinônimo da Internet. Contudo, trata-se de fenômenos distintos, apesar de relacionados. As redes sociais virtuais (ou mídias sociais) são estabelecidas a partir da estrutura fornecida pelas redes, mais especificamente pela difusão midiática e por uma série de plataformas digitais feitas por

diferentes pessoas, grupos e empresas. Gindre (2016) classifica "redes sociais" como grupos ou coletivos de pessoas que possuem e compartilham interesses e afinidades em comum. Já o conceito de "mídias sociais" está relacionado aos sistemas online projetados para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação em diversos formatos, através da estrutura fornecida pelas redes sociais, que, por sua vez, permitem que as "mídias digitais", ou seja, veículos e aparelhos de comunicação não analógicos (computadores, tablets, celulares etc.) possam produzir conteúdo escrito ou audiovisual no formato digital. Esses recursos tecnológicos advindos com as redes e mídias digitais (via Internet) foram sendo apropriados por diversos atores sociais, inclusive pelos movimentos sociais na Amazônia.

Para Moraes (2000), as facilidades advindas com a Internet proporcionaram aos movimentos sociais uma intervenção rápida e direta, ampliando sua visibilidade pública. O autor ressalta a criação de comunidades virtuais por "afinidades eletivas", formando coletivos em rede, que se aproximam de acordo com suas temáticas e reivindicações. Eles compartilham também práticas sociopolíticas, fortalecendo seus laços embasados em princípios dialógicos de cooperação e participação.

No entanto, não podemos ter ilusões do que se trata a rede, das contradições que estão em sua estrutura, do seu potencial democrático e como ela foi concebida, principalmente em sua versão a partir dos anos 1990. Ao mesmo tempo em que as mídias sociais são um espaço possível de inovação, articulação e mobilização para os movimentos, servem também a megagrupos e seus interesses privados e corporativos.

Para tentar contrapor essa contradição da Internet como instrumento que ao mesmo tempo possibilita voz a uma série de grupos os quais, no dizer de Gramsci (2001) seriam considerados subalternos, e concomitantemente é controlado por grandes corporações midiáticas, acreditamos que o conceito de "mídia radical" de Downing (2004) vai ao encontro de nossa problematização. Ou seja, um tipo de produção midiática que pode se tornar "contra-hegemônica", entrando em disputa com a versão oficial-industrializada e ideológica de grandes corporações midiáticas e suas estruturas de poder. Segundo o autor, esse tipo de mídia está embasada no que podemos caracterizar como "cultura popular", gerada a partir de manifestações de diversos atores sociais que utilizam um conjunto de ferramentas comunicacionais de cunho educacional e cultural, ligado às mobilizações de rua, teatro, dança etc., pro-

pondo a seu público o debate, a crítica e a ação, formando um modelo de "contrainformação".

Acreditamos que a comunicação é um elemento estrutural das redes de mobilização dos movimentos sociais amazônicos. Onde os processos comunicacionais se tornam fundamentais. Conforme apontamos (FONSÊCA, 2018), um exemplo da centralidade comunicacional nas redes de mobilização dos atores sociais da Amazônia nos últimos anos foi a mobilização (a partir de campanhas online, criação de sites, mídias sociais, produção audiovisual e articulação internacional) contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Considerada a maior obra de infraestrutura construída nos últimos anos, ela também foi responsável por uma série de impactos socioambientais tendo como alguns dos principais afetados os povos indígenas e a população tradicional e ribeirinha que vive na região.

Assim, quando falamos de redes de mobilização e movimentos sociais nos referimos a uma estrutura que leva em consideração, fundamentalmente, os mecanismos que viabilizam a comunicação "in" e "ex"terna desses atores sociais e suas diferentes formas de atuação. Como assinala Scherer-Warren (2006) existe a construção de um conceito de "rede de movimento social", que atribui uma série de características que levam em consideração a identificação de coletivos sociais em torno de atuações antissistêmicas fazendo uso de diversos mecanismos de mobilização em um "processo articulatório", como, por exemplo, a luta de movimentos sociais amazônicos contra grandes projetos e seus impactos socioambientais.

Apontamentos Finais

O presente trabalho consistiu em analisar os movimentos sociais que atuam na Amazônia brasileira e sua complexa formação histórica, econômica e social e o grande número de conflitos sociais e ambientais existentes em seu entorno. Tem-se como marco inicial para nossa análise o processo de (re)colonização e integração econômica da região empreendido pelo Governo Civil-Militar a partir dos anos 1960, onde a construção de grandes obras de infraestrutura como a rodovia Transamazônica (BR-230) demarca uma nova era para a região. Destacamos também que nos últimos 15 anos o Governo Federal atuou como um verdadeiro "rolo compressor" para garantir a construção de megaempreendimentos na região amazônica. Executando um amplo e complexo conjunto de medidas planejadas com a finalidade de explorar os recursos naturais da região sem a

preocupação com seus habitantes e com os enormes impactos socioambientais gerados a partir dessas obras.

Avaliamos que o processo histórico que se constituiu na região foi composto por uma série de fenômenos do campo econômico e social que ampliaram significativamente a sociedade civil organizada que atua na Amazônia, criando, assim, o cenário para a eclosão de uma série de movimentos sociais que emergiram ao longo dos últimos 50 anos. Primeiramente, em consequência da intervenção civil-militar na região e, *a posteriori*, a partir das medidas políticas implantadas pelos governos civis (em parceria com a iniciativa privada) nas últimas décadas.

Nesse sentido, nosso principal argumento é o de que os movimentos sociais que atuam na região amazônica, especialmente no contexto de grandes projetos, fazem uso de um novo formato de articulação e ações coletivas: as "redes de mobilização". Um processo amplo e diversificado onde vários atores sociais se inter-relacionam em busca de um objetivo ou causa comum, mediados por uma série de ferramentas comunicacionais e tecnológicas disponibilizadas a partir dos recursos advindos, dentre outras coisas, da rede mundial de computadores.

Por fim, acreditamos que as redes de mobilização construídas na região amazônica são compostas por uma diversidade de movimentos sociais que foi sendo construída desde o início dos anos de 1970 (com as ações coletivas em torno da rodovia Transamazônica) e ampliadas mais recentemente com o surgimento de novos atores e movimentos sociais contrários a grandes projetos e seus impactos socioambientais. Desse modo, apontamos uma característica central na estruturação dessas redes no ambiente amazônico: a utilização da comunicação e de ferramentas midiáticas visando uma intensa articulação, produção e divulgação de processos e conteúdos que ampliam significativamente a atuação dos movimentos sociais na Amazônia brasileira.

RECEBIDO em 15/04/2021
APROVADO em 12/07/25021

## Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

BARNES, J. A. **Social networks**. An Addison-Wesley Module in Anthropology. Module 26, p.1-29, 1972.

CARDOSO, Fernando H.; MULLER G. **Amazônia**: Expansão do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTRO, Edna. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, jan./abr. 2012.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nídia Noemi. Conflitos Socioambientais e Identidades Políticas na Amazônia. **Achegas**, n. 37, maio/jun. 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical:** rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2004.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FONSÊCA, Lucas Milhomens. **Movimentos e Redes de Mobilização na Amazônia:** o caso da Hidrelétrica de Belo Monte. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2018.

GINDRE, Gustavo. Internet e Redes Sociais como ferramentas de Mobilização. **Oficina Redes Sociais e Mobilização**. Rio de Janeiro: Rede de Mobilizadores. Laboratório Herbert de Souza Tecnologia e Cidadania, 2016.

GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964- 1978). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LACERDA, Paula. Movimentos Sociais e escolas: possibilidades de ação conjunta e de fortalecimento mútuo. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Org.).

**Amazônias em tempos contemporâneos:** entre diversidades e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 82-98.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Amazônia Brasileira, v. 16, n. 45, maio/ago. 2002.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXIII, n. 2, jul./dez. 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. Comunicação: controle e rebeldia. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Orgs.). **Amazônias em tempos contemporâneos:** entre diversidades e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 42-53.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Formas de Dominação sobre o Indígena na Fronteira Amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, jan./abr. 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. Cabanagem 180 anos: a guerra de um povo. **Dossiê 9/Jornal Pessoal**, Belém, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. da Letras, 1995.

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas da rede e o trabalho social**. São Paulo: Veras, 2008. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SMITH, Antony. **Os conquistadores do Amazonas:** quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. São Paulo: BestSeller, 1990.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Amazônia Brasileira, v. 16, n. 45, maio/ago. 2002.

_____. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

STELA, Thomas Henrique de Toledo. **A integração econômica da Amazônia (1930– 1980)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar./abr. 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.